

O cenário que antecede o plantio da safra 1996/97

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

A inflação elevada e crescente que caracterizou o cenário econômico nacional ao longo dos 20 anos que antecederam jul./94 levou os agentes econômicos, de modo geral, a buscarem sempre a proteção de seus ativos nas alternativas de aplicação mais rentáveis. No caso dos produtores agrícolas, essa realidade induziu-os ao direcionamento de recursos gerados na atividade e até de parcelas alocadas via crédito rural para atividades mais lucrativas fora do setor e/ou para a expansão horizontal das atividades através da compra de terras, muitas vezes mantidas apenas como reserva de valor. As inversões buscando transformações do processo de produção foram feitas basicamente em máquinas e equipamentos, que serviram apenas para acentuar essa expansão horizontal. Foram esparsas as iniciativas para alavancar transformações no processo de produção via avanço tecnológico, diversificação de atividades e/ou adequação dos sistemas de produção, visando à maior agregação de valor por unidade de área. Mesmo no caso dessas iniciativas esparsas, elas somente passaram a ocorrer ao longo da década de 80, tornando-se mais aparentes no início desta década de 90, a partir do processo de abertura da economia brasileira.

Após a implantação do Plano Real, os processos de produção adotados nos últimos 30 anos foram colocados em xeque pela nova realidade econômica. A abertura do mercado, a estabilidade dos índices de inflação, a valorização

* Economista, Técnico da FEE.

O autor agradece os comentários de Maria Benetti, Vivian Fürstenau e Mirian Kuhn à versão preliminar do texto.

cambial e as elevadas taxas de juros criaram a necessidade de transformação desses processos, ao escancararem a ineficiência que era acobertada pelo processo inflacionário.

Nesse contexto, a realidade de mercado do agricultor brasileiro passou a ser influenciada, cada vez mais, pelos níveis de qualidade e de eficiência vigentes no mercado internacional. Agora é concorrente direto não apenas o produtor vizinho, mas, e principalmente, o produtor de outros países, em específico do Primeiro Mundo, que, além de obterem produtividades médias superiores, contam, ainda, com a poderosa arma dos subsídios. Apelar para a proteção do mercado interno via estabelecimento de barreiras tarifárias ou não-tarifárias torna-se cada vez mais difícil. Em primeiro lugar, porque, com as novas normas da Organização Mundial de Comércio, os países concorrentes se mantêm atentos a quaisquer modificações nas relações com o mercado externo e, inclusive, na política agrícola interna. Em segundo, porque, lentamente, a entrada de produtos importados tem gerado, no mercado interno, um novo tipo de consumidor mais preocupado com níveis de preço e qualidade, ou seja, a abertura começa a transformar o próprio mercado interno. Nesse quadro, a viabilidade do processo produtivo passou cada vez mais a depender da capacidade de transformação do próprio agricultor.

O fato de o consumidor começar a familiarizar-se com uma realidade de preços estáveis, tornando-se mais cauteloso em suas compras e adotando, facilmente, a substituição de produtos mais caros por outros mais baratos, ainda que possa ser questionado quanto à sua abrangência e duração, não pode ser subestimado. Esse fato permitiu o surgimento de oportunidades de mercado para novos produtos, com maior valor agregado, e de nichos para produtos diferenciados.

Assim, a abertura de novos espaços no mercado interno também proporcionou novas oportunidades para a ampliação e a concentração de capital na indústria de transformação de alimentos, o que, aliás, já vinha ocorrendo há algum tempo. Para se ter uma idéia do ritmo de crescimento do segmento da indústria de transformação de alimentos, basta dizer que, entre 1985 e 1995, o seu faturamento cresceu a uma taxa de 6,5% ao ano (AGROINDÚSTRIA..., 1996). Quanto à concentração, ela vem ocorrendo em favor dos grandes grupos do setor de produção de alimentos a nível mundial, como a Nestlé e a Parmalat por exemplo. Esse movimento de concentração de capital vem contribuindo para mudanças nas características dos produtos e no nível de agregação de valor às matérias-primas. Tais transformações no mercado ratificam a necessidade de transformações tecnológicas e administrativas dentro dos estabelecimentos agrícolas.

Ademais, a conjuntura pós-Plano Real, de queda dos preços e, conseqüentemente, da receita agrícola num contexto de estabilidade monetária, falta de liquidez, juros altos e câmbio valorizado, determinou uma significativa queda dos preços da terra no País inteiro. Essa queda dos preços vem tornando menos atrativa a prática de manutenção da terra como reserva de valor e inibindo a compra por parte do setor privado. Assim, um fator a mais de pressão sobre as terras ociosas agrega-se à pressão dos sem-terra. Um indício dessa situação é o fato de o Governo, através do INCRA, ter se tornado o principal comprador de terras no mercado. É sintomático que um dos maiores proprietários de terra no País tenha chegado a oferecer a esse órgão público a venda de metade de suas terras (200.000ha), a serem utilizadas para assentamento de sem-terras.¹ Assim, parece que, no pós-Plano Real, colaborar para a realização da Reforma Agrária está deixando de ser um anátema e passando a ser um bom negócio para os mais arraigados conservadores do campo. Realizar a Reforma Agrária comprando terras com recursos públicos, satisfazendo, ao mesmo tempo, os interesses financeiros dos latifundiários, pode ser questionado. O que deve ser destacado, como dado novo, é que o contexto econômico pós-Plano Real parece estar agindo como inibidor da tendência histórica de manutenção da terra como reserva de valor.

A política agrícola para a safra 1996/97

Se forem interpretados os últimos dois anos-safra (1994/95 e 1995/96) sob o ponto de vista dos produtores agrícolas gaúchos, conclui-se que eles lhes trouxeram sérios problemas: no primeiro, pela queda dos preços determinada pela conjuntura do Plano Real² e, no segundo, pela quebra da produção gerada pela estiagem. Caso se analisar essa mesma conjuntura sob outro

¹ Para o rei da soja, Olacir de Moraes, Reforma Agrária virou sinônimo de bom negócio. Ele quer vender para o INCRA 200.000ha, metade de suas terras. O empresário espera receber pelas fazendas R\$ 600 milhões. Os recursos seriam investidos em agroindústrias. **Pelo Mercado: Terra por Agroindústria** (GM, 7/9.6.96, B-16).

² Lembre-se que, no segundo semestre de 1994, a valorização do câmbio, o alongamento de prazos para pagamento de importações de alimentos e a grande oferta de grãos levaram à queda dos preços agrícolas.

ponto de vista, pode-se dizer que os mesmos fatos que prejudicaram os produtores vieram ao encontro dos interesses imediatos do Governo. Vencer a inflação era uma prioridade que, naquele momento, se sobrepunha a uma política agrícola que atendesse aos interesses do setor. Como se pode ver, por um lado, a queda dos preços agrícolas deu origem à chamada “âncora verde”, importante no controle da inflação; e, por outro, a quebra de safra foi um dos fatores que, juntamente com a conjuntura internacional, permitiu a recuperação dos preços agrícolas e, em consequência, colaborou decisivamente para minimizar a necessidade de alocação de recursos para a comercialização por parte do Governo, contribuindo para a contenção do gasto público, outra prioridade importante na ótica oficial.

A queda de preços e a quebra em função da estiagem nas safras 1994/95 e 1995/96, respectivamente, geraram perdas de receita para o setor agrícola gaúcho, que contribuíram para o recrudescimento da inadimplência, que, por sua vez, repercutiu não só sobre a atividade agrícola propriamente dita, mas também sobre as atividades dos segmentos da economia vinculados a esse setor. Enfim, a economia gaúcha ressentiu-se dos problemas de duas safras consecutivas. Embora, a nível nacional, a conjuntura não tenha repercutido tão negativamente quanto no Rio Grande do Sul, a perspectiva de que o setor agrícola pudesse retrair-se excessivamente na próxima safra levou o Governo a demonstrar maior preocupação com a oferta interna de alimentos. Assim, aproveitando a passagem dos dois anos do Plano Real, o Governo antecipou o anúncio das medidas de política agrícola para a safra 1996/97. Em 28 de junho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou o novo Plano de Safra. A divulgação das novas medidas não trouxe grandes novidades. As lideranças do setor, no geral, aprovaram-nas, sem deixar, entretanto, de criticar o volume de recursos anunciado.

O montante anunciado para financiar a nova safra a nível nacional, nas finalidades de custeio, investimento e comercialização, foi da ordem de R\$ 5.200 milhões. Prontamente, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), através de seus dirigentes, manifestou-se, informando que, de acordo com seus cálculos, o financiamento da safra 1996/97 exigiria um volume de recursos 37% superior ao valor anunciado pelo Governo. Segundo a CNA, seriam necessários R\$ 6.977 milhões para financiar o plantio em uma área estimada em 38,4 milhões de hectares (PARA CNA..., 1996. p.B-16). Como tem acontecido sempre, o volume de recursos anunciado pelo Governo foi colocado sob suspeição com relação à sua efetiva disponibilidade. Na safra 1995/96, dos R\$

5.700 milhões anunciados, teria sido liberado algo em torno de R\$ 3.800 milhões (PORTO..., 1996, p. B-20). A ampliação da alíquota de 17% para 25% no que diz respeito à obrigatoriedade de aplicação sobre o saldo dos depósitos à vista dos bancos é o que foi anunciado de mais concreto a respeito de recursos a serem alocados para o financiamento da safra.

Ao montante alocado pelo Governo para o financiamento da safra, deve-se acrescentar, por um lado, a promessa de liberação de R\$ 800 milhões devidos aos produtores que solicitaram Proagro em safras passadas e que ainda não haviam sido ressarcidos. Por outro lado, devem ser acrescentados os recursos que eventualmente sejam captados no Exterior para o financiamento de médios e grandes produtores, no tocante às parcelas de recursos necessárias para complementar os recursos oficiais, ou para financiar culturas não contempladas por recursos oficiais. Entre janeiro e agosto de 1996, foi registrada a entrada de US\$ 2.164 milhões em operações realizadas com agroindústrias. Desse montante, US\$ 1.639 milhões foram absorvidos pela própria agroindústria, e os US\$ 525 milhões restantes foram repassados para financiar a produção agrícola propriamente dita. Em 1995, havia sido registrada a entrada total de US\$ 1.032 milhões, sendo que US\$ 741 milhões ficaram para a agroindústria e que US\$ 291 milhões foram repassados para a produção agrícola. As taxas de juros mais atrativas, relativamente às praticadas no mercado interno, são o principal motivo da ampliação do número de operações com esse tipo de recurso (GOVERNO..., 1996, p. B-18). É lógico que a atração das taxas cobradas sobre os recursos captados no Exterior está diretamente vinculada à política cambial e ao movimento das taxas de juros no mercado interno, eventuais modificações podem alterar essa atração, ou causar problemas para os devedores no caso das operações contratadas.

O êxito do processo de renegociação das dívidas passadas, dentro da chamada "securitização", pelo menos entre os endividados que se enquadravam no limite de R\$ 200 mil, deve, sem dúvida, ser considerado quando se fala em recursos para o financiamento da próxima safra. O alongamento do prazo de pagamento para um período de sete a 10 anos, com dois de carência, com juros de 3% ao ano e equivalência-produto significa que os agricultores deixarão de ter que desembolsar os volumes necessários à quitação dessas operações no futuro imediato, constituindo-se num alívio em termos de dispêndios e, conseqüentemente, em maior disponibilidade de recursos próprios.

A título de ilustração, a Tabela 1 mostra a distribuição do total de financiamentos concedidos a produtores e a suas cooperativas durante o ano de 1995, no Rio Grande do Sul. Conforme se pode observar, 73% dos recursos foram alocados para o custeio de lavouras, englobando mais de 87% dos contratos assinados. Entre os principais itens financiados, o custeio da lavoura de arroz foi o que absorveu o maior volume de recursos, detendo 29% do total financiado no Estado, naquele ano, seguido da soja, com 15%, e do milho, com 13%. Chama atenção a proporção do número de operações para financiar o custeio da lavoura de fumo. Aproximadamente 50% das operações realizadas no Rio Grande do Sul, em 1995, para o financiamento da atividade agropecuária foram destinadas ao custeio da lavoura de fumo, englobando apenas cerca de 10% do montante aplicado no Estado. Em contraposição à elevada proporção de operações de custeio da produção (87%), destaca-se que somente cerca de 9% dos recursos foram destinados para operações de investimento, sendo que aproximadamente 50% deles se destinaram à compra de máquinas e equipamentos.

Dentre as prioridades do Governo para a próxima safra, destaque-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em 1995, foram alocados R\$ 250 milhões nesse programa. Para 1996, está prevista a aplicação de R\$ 1 bilhão, ou seja, o aporte de recursos para esse segmento foi significativamente ampliado. Foi anunciada a intenção por parte do Governo de que os recursos desse programa sejam descentralizados através do repasse a cooperativas e a bancos estaduais. No entanto Governos Estaduais e cooperativas demonstraram apreensão em ter que assumir os custos de um programa que se caracteriza pela pulverização de recursos em uma quantidade expressiva de operações com valores que variam entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil. Segundo denúncia da CONTAG, o Banco do Brasil estaria cobrando taxas não constantes nas normas, impondo restrições de área, aceitando realizar operações apenas com agricultores já clientes do Banco e dirigindo esses produtores para outras linhas de crédito com encargos maiores (PRONAF..., 1996, p. B-15). Para o Banco do Brasil, o custo dessas operações estaria em torno de 12%, enquanto, segundo os cálculos do Tesouro Nacional, esse custo estaria entre 6% e 7%. O custo dessas operações (TJLP + 6% ao ano) alcançaria 20% ao ano para os tomadores finais, o que, para o Banco do Brasil, as inviabilizaria para o público-alvo (CRÉDITO..., 1996, p.B-16).

Tabela 1

Financiamentos concedidos a produtores e a cooperativas, por atividade,
finalidade e itens financiados, no Rio Grande do Sul — 1995

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CONTRATOS	PARTICIPAÇÃO NO NÚMERO TOTAL (%)	VALOR DOS CONTRATOS (R\$)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL (%)
TOTAL GERAL	140 302	100,0	869 844 532,99	100,0
Atividade Agrícola	136 246	97,1	808 786 825,05	93,0
I - Custeio	123 016	87,7	633 137 678,66	72,8
1 - Lavouras	122 947	87,6	610 145 392,71	70,1
Arroz	6 787	4,8	249 930 931,37	28,7
Soja	18 470	13,2	133 294 152,33	15,3
Milho	20 341	14,5	109 933 858,38	12,6
Fumo	69 137	49,3	86 237 712,17	9,9
Trigo	937	0,7	15 281 697,51	1,8
Uva	2 422	1,7	8 846 146,33	1,0
Maçã	424	0,3	6 620 894,62	0,8
Outras lavouras	4 429	3,2	22 013 972,44	2,5
2 - Extração de produção de espécies nativas	5	0,0	23 615,60	0,0
3 - Beneficiamento ou industrialização	5	0,0	190 300,00	0,0
4 - Outras aplicações de custeio	59	0,0	764 397,91	0,1
II - Investimento	6 381	3,8	64 324 633,18	7,4
1 - Formação de culturas perenes	5	0,8	2 390 344,93	0,3
2 - Melhoramento das explorações	5	0,4	8 447 116,80	1,0
3 - Máquinas, aparelhos e equipamentos	2 875	1,9	35 391 510,90	4,1
4 - Veículos	131	0,1	1 577 121,86	0,2
5 - Animais e serviço	167	0,1	404 761,88	0,0
6 - Outras aplicações em investimento	648	0,5	16 113 776,81	1,9
III - Comercialização	7 829	5,6	111 324 513,21	12,8
1 - EGFs	5 684	4,1	85 171 889,52	9,8
Arroz	754	0,5	18 773 480,52	2,2
Milho	4 465	3,2	30 390 048,96	3,5
Uva (derivados)	139	0,1	17 679 067,20	2,0
Sementes	164	0,1	15 886 145,73	1,8
Outros	162	0,1	2 443 147,11	0,3
2 - Pré-comercialização	2 165	1,5	26 152 623,69	3,0
Trigo	2 154	1,5	20 272 384,69	2,3
Outros	11	0,0	5 880 239,00	0,7
Atividade Pecuária	4 056	2,9	61 057 707,90	7,0
I - Custeio	3 046	2,2	45 255 944,09	5,2
1 - Animais	2 913	2,1	42 031 160,33	4,8
Bovinos - produção de carne e criação	1 013	0,7	15 844 361,46	1,8
Suínos - criação	1 505	1,1	15 867 402,04	1,8
Pescado - captura	4	0,0	3 070 000,00	0,4
Bovinos - produção de leite e criação	178	0,1	1 448 953,70	0,2
Outros animais	213	0,2	5 800 443,13	0,7
2 - Beneficiamento ou industrialização	13	0,0	967 150,00	0,1
3 - Outras aplicações de custeio	120	0,1	2 257 633,76	0,3
II - Investimento	996	0,7	12 403 682,81	1,4
1 - Aquisição de animais	444	0,3	6 819 485,25	0,8
Bovinos - produção de carne	136	0,1	4 604 979,60	0,5
Bovinos - produção de leite	211	0,2	1 700 303,59	0,2
Outros	97	0,1	514 202,06	0,1
2 - Melhoramento das explorações	345	0,2	3 744 355,74	0,4
3 - Máquinas, aparelhos e equipamentos	157	0,1	1 158 020,96	0,1
4 - Veículos	7	0,0	55 140,00	0,0
5 - Animais de serviço	4	0,0	5 664,62	0,0
6 - Outras aplicações em investimento	39	0,0	621 016,24	0,1
III - Comercialização	14	0,0	3 398 081,00	0,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL - 1995 (1995) Brasília: Banco Central do Brasil

Com relação ao crédito para os demais produtores, o custo financeiro do crédito rural oficial foi reduzido. O Governo passou a taxa de juros de 16% ao ano para 12%, ou seja, houve uma redução de 25%. A diferença em relação à taxa de captação será coberta pelo Tesouro Nacional. Ademais, foram reduzidos os custos do seguro rural (PROAGRO). Porém, em contrapartida, foi alterada para menos a relação dos eventos climáticos cobertos pelo seguro, e, além disso, foi criado o Zoneamento Agroclimático, o que restringe as áreas de plantio cobertas pelo mesmo.

Os preços mínimos foram revistos. No entanto os reajustes praticados não satisfizeram os produtores, porque ficaram aquém das variações dos principais índices de inflação. O arroz irrigado e o feijão foram reajustados em 5%, o milho em 10% e a soja em 9%. Considere-se, contudo, que a recuperação dos preços de mercado relativamente à safra anterior permitiu que o Governo fizesse apenas alguns ajustes nos preços mínimos, sem maiores choques com o setor. Em função das atuais cotações, a comercialização da safra deverá ocorrer preferencialmente com a iniciativa privada, abrindo espaço para o afastamento gradativo do Governo de uma área que ultimamente tem lhe resultado em sérios problemas de fraude e em gastos elevados. A questão que se sobressai e que só será possível responder após a colheita da safra 1996/97 é: tendo sido beneficiado pela conjuntura e tendo se mantido muito mais como observador dos movimentos do mercado nestes dois últimos anos-safra, quais as consequências sobre as próximas safras dessa posição do Governo, que, ao fim e ao cabo, reduziu a oferta interna de alimentos?

As intenções de plantio

Os agricultores gaúchos, nesta década de 90, têm, com frequência, colhido uma área em torno de 6,5 milhões de hectares na soma das cinco principais lavouras de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo). As exceções foram os anos de 1990, com uma área de 7,0 milhões de hectares, e 1996, com 5,9 milhões de hectares, este último em função da estiagem que se abateu sobre a lavoura gaúcha. Na safra 1996/97, as tendências atuais apontam que a área colhida deverá ficar aquém dos 6,5 milhões de hectares costumeiramente colhidos na maior parte dos anos 90, configurando o que poderíamos chamar de uma estagnação do espaço ocupado por aquelas

lavouras nas últimas seis safras (Tabela 2). A evolução da variação da área colhida (Gráfico 1) mostra que as suas oscilações têm tendido a ser negativas ou, quando positivas, muito baixas. Além disso, as maiores variações negativas foram observadas em anos que ocorreram adversidades climáticas.

Tabela 2

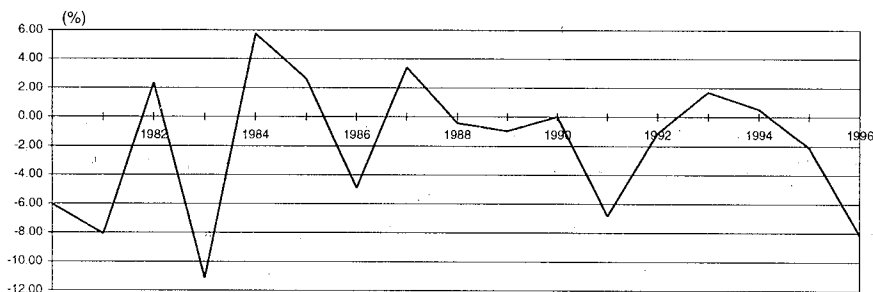
Evolução da área colhida do arroz, do feijão, do milho, da soja e do trigo
Rio Grande do Sul — 1990/96

ANOS	PRODUÇÃO (milhões de toneladas)	ÁREA (milhões de hectares)	RENDIMENTO (t/ha)
1990	14,8	7,0	2,1
1991	8,9	6,6	1,4
1992	16,8	6,5	2,6
1993	16,7	6,6	2,5
1994	15,4	6,6	2,3
1995	17,3	6,5	2,7
1996	12,9	5,9	2,2

FONTE: IBGE.

Gráfico 1

Evolução da variação da área colhida do arroz, do feijão, do milho,
da soja e do trigo no Rio Grande do Sul — 1980/96



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Essa tendência de estagnação da área plantada, se for ratificada na próxima safra, ocorrerá num momento em que um conjunto de acontecimentos no mercado de *commodities*, como a quebra da safra norte-americana, a queda dos estoques mundiais e o aumento da demanda na Ásia, converge para definir uma elevação das cotações no mercado externo e repercute internamente, configurando-se um cenário de perspectivas favoráveis. De outra parte, saliente-se que essa é a terceira safra implantada num contexto de estabilidade monetária e não há, no médio prazo, evidências de que essa estabilidade possa ser colocada em risco. A questão é: como interpretar essa conjuntura, compatibilizando uma estabilidade na área de lavoura com perspectivas favoráveis de mercado e estabilidade monetária.

Em primeiro lugar, está-se falando de estagnação da área total das cinco principais lavouras de grãos, ou seja, em termos agregados. Em segundo lugar, a observação desagregada do comportamento da área individual de cada uma das lavouras e das perspectivas de mercado para cada uma delas define uma situação em que os aumentos verificados em umas devem ser anulados pelos decréscimos ocorridos em outras, convergindo para a tendência de que a área de lavoura total não exceder os níveis que vêm sendo praticados nos últimos anos.

Trabalhando com informações extra-oficiais, pode-se, a título de exercício, traçar o quadro atual das tendências de plantio de cada uma das lavouras. Entretanto ratifica-se a preocupação de que se está apenas traçando tendências em um momento no qual as intenções de plantio ainda não estão totalmente conformadas. A análise desagregada das lavouras, a partir das informações extra-oficiais disponíveis, mostra que a área total das lavouras de grãos, no ano agrícola 1996/97, dificilmente deverá atingir o patamar de 6,5 milhões de hectares, observado durante a década de 90. As lavouras de arroz e feijão tendem a apresentar uma queda de área. O arroz, especificamente, deve sofrer uma queda de em torno de 5% sobre a área plantada na safra anterior. A área da lavoura de milho tende a ficar estagnada. A ampliação da área de soja, no entanto, ainda não está definida. Observadores prognosticam que ela deverá variar entre 5% e 10%.

Numa abordagem lavoura por lavoura, **no caso do arroz**, espera-se que, apesar da melhoria das cotações, essa safra marque o início de uma redução de área, determinada, em contraposição a fatores eminentemente conjunturais, como crédito, preços e mercado, por fatores que poderiam ser chamados de estruturais. Esse prognóstico sustenta-se na hipótese de que a conjuntura pós-Plano Real fez com que esses fatores estruturais, os quais,

com maior ou menor intensidade, já vinham ocorrendo, sem que provocassem alterações observáveis no agregado da lavoura, passassem a influir, agora de forma conjugada, para uma redução perceptível da área plantada. Somente uma reversão nas condições de mercado, no sentido de uma ampliação substantiva da demanda, poderia reverter esse quadro de redução de área. Os fatores mencionados seriam:

- num primeiro momento, a elevação dos preços do arrendamento. O último levantamento do IRGA, feito em 1991, apontava uma área arrendada de aproximadamente 65% da área total. Levanta-se a hipótese de que, na conjuntura pós-Plano Real, esse percentual possa ter sido reduzido em função do endividamento, da inadimplência e das condições de mercado. A queda dos preços da terra pode não ter sido suficiente para sustentar a manutenção das proporções de terra arrendada antes praticadas;
- a elevação dos custos financeiros e a falta de racionalização do processo de produção, ao inviabilizarem a rentabilidade, acabaram por ser um dos fatos geradores do elevado índice de endividamento e de inadimplência. Por decorrência, o redimensionamento das lavouras, em bases mais adequadas à conjuntura atual, pode significar uma redução de área, em busca de uma escala de produção que se adapte à nova realidade;
- como uma decorrência do anterior, o fato, não comprovado, mas suficientemente reconhecido, de que os arroteiros gaúchos costumam plantar áreas de lavoura superiores à capacidade de seus mananciais, contando com clima favorável. A realidade atual deve provocar cortes nessa prática, visando à adequação acima referida;
- a emigração de arroteiros gaúchos para o Uruguai e a Argentina, à procura de terras mais baratas;
- os rearranjos no sistema de produção dos estabelecimentos arroteiros, em busca de uma diversificação de atividades que conduza no sentido da adequação da escala de produção, sob o ponto de vista do estabelecimento como um todo e não da atividade isolada;
- a ampliação significativa de assentamentos de Reforma Agrária em zonas de plantação de arroz pode produzir alterações nos sistemas de produção, contribuindo para uma redução da área de arroz.

No caso do milho, a tendência de estagnação ainda é pouco clara. Na safra 1994/95, o primeiro impacto das medidas econômicas do Plano Real sobre essa lavoura, associado a uma boa oferta interna de grãos, produziu uma queda significativa nos preços e acabou, através da redução dos custos de produção das carnes de frango e suínos, sendo um fator fundamental de sustentação da chamada “âncora verde”. Na safra 1995/96, a estiagem que assolou o Rio Grande Sul afetou significativamente a produção, dificultando a recuperação da perda de receita ocorrida na safra anterior. Com esses antecedentes e com as boas perspectivas em relação às cotações na próxima colheita, seria de se esperar que os produtores apostassem forte nesse plantio. Contudo a ocorrência de boas perspectivas também para a lavoura de soja está seduzindo os produtores de milho, que devem optar por essa oleaginosa. Resta saber qual o nível de substituição que finalmente acabará acontecendo entre essas duas lavouras. As transformações que vêm ocorrendo na lavoura de milho nos últimos anos, com a ampliação do número de lavouras comerciais e a migração da pequena para a média e a grande propriedade, podem ter gerado modificações no comportamento dos produtores.

A **soja** parece ser novamente o carro-chefe das intenções de plantio da lavoura de verão. Os problemas climáticos que prejudicaram a safra norte-americana, associados à ampliação da demanda no mercado externo e à queda dos estoques mundiais, fazem da próxima safra de soja, pelo menos em perspectiva, uma boa oportunidade de recuperação para os produtores gaúchos. É nela que eles deverão apostar e certamente deverão ultrapassar a casa dos 3,0 milhões de hectares. Em quanto vão ultrapassar esse patamar ainda é uma incógnita. A recente eliminação da cobrança de ICMS sobre os produtos de elaboração primária destinados à exportação certamente será um indutor à elevação da área plantada com essa oleaginosa. Essa isenção representa a retirada de uma alíquota de 13% sobre o grão, de 11,1% sobre o farelo e de 8% sobre o óleo. A indústria esmagadora já se manifestou favorável, inclusive, à devolução do imposto cobrado a mais no caso dos contratos de venda futura já assinados com os produtores (INDÚSTRIA..., 1996, p.B-15). Manifestou-se, também, no sentido de que provavelmente terá que pagar um *plus* para garantir o fornecimento de grãos para o mercado interno. Mantidas as condições atuais, os produtores tenderão a negociar sua produção com o segmento que oferecer maior preço, no caso, os exportadores.

Esse quadro de intenções de plantio está sendo definido pelos prognósticos dos produtores com relação às despesas e às receitas da próxima safra,

feitos com base na observação do ocorrido nas últimas safras. Com o objetivo de tentar interpretar esses prognósticos, tenta-se, a seguir, uma comparação entre as variações do Índice de Preços Pagos pelos Produtores (IPP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, e a variação do Índice dos Preços Recebidos pelos Produtores (IPR) do Rio Grande do Sul, pesquisado pela EMATER-RS, no período jul./94-maio/96³ (Tabela 3).

Tabela 3

Variação percentual dos preços dos produtos e dos insumos em dois anos de Plano Real

PRODUTOS		INSUMOS	
DISCRIMINAÇÃO	(Jul.-set./94 -mar.- -maio/96) (1)	DISCRIMINAÇÃO	(Jul.-set./97-mar.- -maio/96)
Arroz	1,6	Sementes	19,7
Feijão	- 14,1	Fertilizantes	30,8
Milho	25,3	Agrotóxicos	12,7
Soja	30,9	Combustíveis	11,5
Boi gordo	-13,5	Mão-de-obra	148,8
Suínos	0,0	IPP	45,7
Frango	17,0		
IPR	12,6		

FONTE: PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES: insumos (1996). FGV.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO RIO GRANDE DO SUL (1996).
EMATER-RS.

(1) As variações dos preços foram calculadas a partir das médias aritméticas simples entre os preços vigentes nos três primeiros meses do Plano Real e os três últimos para os quais havia informação quanto ao IPP (mar.-maio/96).

³ Utilizou-se maio/96, porque é o último mês para o qual estão disponíveis os cálculos dos índices de preços da FGV.

Essa avaliação mostra que, em primeiro lugar, na média, durante esse período, os preços pagos pelos produtores agrícolas brasileiros variaram duas vezes mais do que os preços recebidos e que os gastos com mão-de-obra realmente influenciaram a elevação dos custos de produção. De outra parte, vê-se que os preços da soja e do milho apresentaram uma recuperação bastante superior à dos demais, chegando a evoluir acima do índice geral.

É importante informar que o comportamento do IPP e do IPR teve dois momentos: um que abarca o período desde o início do Plano Real até o terceiro trimestre de 1995 e outro a partir do quarto trimestre de 1995. No primeiro período, os preços dos produtos agrícolas caíram rapidamente, sendo ultrapassados significativamente pelas variações dos preços dos insumos, o que explica o expressivo aumento dos custos de produção na safra passada. No segundo período, iniciaram-se as recuperações dos preços recebidos pelos produtos, e, de lá para cá, as variações dos preços dos produtos têm superado a variação dos preços dos insumos.

Assim, verifica-se que, no contexto de estabilidade monetária do Plano Real, as relações de troca entre agricultura e indústria penderam para esta última. Deve-se, entretanto, considerar que, durante os primeiros anos da década de 90, em função da abertura de mercado e da isenção de alíquotas sobre insumos importados, os preços dos produtos industrializados consumidos na produção agrícola haviam caído e a relação de trocas entre agricultura e indústria havia sido favorável ao setor agrícola. A reversão ocorreu a partir de 1994. Mantida a tendência que vem sendo observada desde out./95, a safra 1996/97, dependendo do comportamento dos preços dos produtos até a colheita, esta poderá representar para os produtores um momento de recuperação, após dois anos com perdas de receita.

As intenções de plantio da safra 1996/97 estão ocorrendo, portanto, num cenário de estabilidade monetária, de retomada de uma tendência favorável à agricultura em termos de relações de troca e de perspectivas favoráveis no que tange às cotações dos produtos na época da colheita. Dando contornos a esse cenário, observam-se, dentre outros aspectos: transformações no papel do Governo na condução da política agrícola; queda do preço da terra, que torna menos atrativa a manutenção da terra como reserva de valor; acirramento da concentração de capital em alguns segmentos da indústria de transformação de alimentos; e modificações no mercado, com os consumidores assumindo posturas mais críticas em relação aos preços e à qualidade dos produtos.

No entanto nem todos os indicadores têm conotações positivas. Pelo lado da oferta, viu-se que os recursos para o financiamento da safra, tanto no que respeita aos recursos próprios como em relação aos recursos oriundos da política de crédito, não serão suficientes para alavancar expressivos aumentos de área e de produção. Pelo lado da demanda, acrescente-se que o comportamento do emprego e da renda, à luz da conjuntura atual, também não sustenta uma expectativa de pressões muito fortes para 1997. Portanto, a safra 1996/97, apesar da estabilidade e dos prognósticos favoráveis para as cotações na época da colheita, deverá ficar aquém do patamar de 6,5 milhões de hectares colhidos no Rio Grande do Sul, na maioria das safras desta década.

Bibliografia

AGROINDÚSTRIA investirá R\$ 11,5 bilhões (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 12 set.

CRÉDITO leva Tesouro à briga com o BB (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 6/8 set.

GAZETA MERCANTIL (7/9.6.96). São Paulo, p.B-16.

GOVERNO acredita na recuperação da agricultura (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-18, 13/15 set.

INDÚSTRIA renegociará soja verde (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-15, 27 ago.

PARA CNA, volumes são "insuficientes"(1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 3 jul.

PORTO quer mais recursos para o campo (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-20, 28 maio .

PRONAF receberá R\$ 1 bilhão (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-16, 6/8 set.